

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Tragédia não pode ensinar irresponsabilidade



E' justo que as dívidas do RS com a União sejam suspensas neste momento, mas o Senado não pode aproveitar a catástrofe para articular moratória dos débitos de outros Estados

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), afirmou ser impossível exigir do Rio Grande do Sul que mantenha em dia o pagamento de suas dívidas com a União em meio à tragédia que acomete o Estado. Devastado pelas chuvas, o Estado pediu ao governo a suspensão da parcela mensal e dos encargos financeiros da dívida durante a reconstrução – algo que, segundo o governo gaúcho, somaria R\$ 3,5 bilhões anuais. Trata-se de um pleito razoável ante o caos que tomou conta do Rio Grande do Sul.

É verdade que o governador Eduardo Leite já pedia condições mais vantajosas para pagar as dívidas antes mesmo do desastre, mas é inegável que o contexto com o qual o Estado trabalhava mudou drasticamente desde a semana passada. Uma demanda que antes soava inoportuna se tornou plenamente justificável agora que mais da metade dos municípios gaúchos foi severamente afetada pelas inundações.

Milhares de pessoas estão desalojadas ou em abrigos, 130 estão desaparecidas e há, pelo menos, 90 mortes confirmadas. A destruição da infraestrutura

de serviços públicos essenciais que dificulta a chegada de mantimentos, sôma-se o banditismo daqueles que se aproveitam da calamidade para saquear residências e comércios, em um verdadeiro cenário de guerra.

O pior é que a crise, infelizmente, está muito longe do fim. As enchentes que ainda acometem boa parte da região metropolitana de Porto Alegre podem afetar, muito em breve, municípios localizados na região sul do Estado, para onde a água deve fluir nos próximos dias e semanas.

Elaborado muito antes da catástrofe climática, o plano por meio do qual o governo gaúcho aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) impõe desembolsos mensais pesados, com os quais o Estado não tem a menor condição de arcar neste momento, e muitas restrições à obtenção de financiamentos, contratação de funcionários, realização de obras e autorização para gastos emergenciais.

Não será possível reconstruir o Estado sem que essas vedações sejam temporariamente levantadas, o que não dispensa a necessidade de fiscalização rigorosa da execução dessas despesas para garantir que o dinheiro chegue aonde precisa chegar. Dito isso, a tragédia gaúcha tampouco pode ser usada para articular um descarado perdão – mais um – a Estados que se converteram em devedores contumazes. Há, no entanto, alguns indícios de que essa via infame pode estar em vias de construção.

Ao participar ontem de um seminário sobre o programa Juros por Educação, por meio do qual o governo federal pretende exigir investimentos no ensi-

no público dos Estados beneficiados pela renegociação, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que alguns precisam de um “olhar especial” em razão de fragilidades graves. Além do Rio Grande do Sul, Ceron mencionou os casos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Ele ponderou, no entanto, que esse processo requer cuidado para “não repetir os erros do passado”.

Coincidências não existem. Também ontem, o senador Rodrigo Pacheco disse ter se reunido com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir o que ele considera ser “o maior problema federativo” do País atualmente. Segundo Pacheco, a Fazenda estaria comprometida com a elaboração de uma solução para o caso específico do Rio Grande do Sul.

Uma proposta “estruturante” para os demais Estados, no entanto, não seria apresentada pelo governo, mas pelo Senado – provavelmente pelo próprio Pacheco. A ideia seria criar um formato que garanta prazos e indexadores mais favoráveis ao pagamento das dívidas dos demais Estados sem que seja preciso aderir ao RRF, que impõe contrapartidas como a limitação de despesas com pessoal e a privatização de estatais.

Não é preciso ser um profeta para imaginar que essa proposta tem tudo para ser uma temeridade que custará caro à União. Pacheco, afinal, é pré-candidato ao governo do Estado em 2026 e parte mais do que interessada no acordo mais vantajoso possível para o encalacrado Estado de Minas Gerais. Não deveria ser necessário dizer que tragédias não podem se converter em oportunidade para perdoar a irresponsabilidade fiscal. ●

Toffoli está zangado com o jornalismo

Ministro do STF considera ‘inadequadas, incorretas e injustas’ as reportagens sobre as viagens dele e de alguns de seus colegas bancadas por empresas com interesse em decisões do tribunal

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli se zangou com a revelação de que ele e dois de seus colegas, os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, entre outras autoridades, foram a Londres discutir os rumos do País num tal “Fórum Brasil de Ideias”. Como já se sabe, a viagem foi cercada de luxos bancados por empresas privadas que têm interesses envolvidos em ações na Corte. O *Estado* revelou que uma delas, a British American Tobacco, tem ao menos dois processos em curso no STF e é parte interessada em outro, relatado pelo próprio Toffoli. Mas, ao que parece, o conflito de interesses e a imoralidade desse convívio transatlântico aborrecem menos o ministro do que o

trabalho do jornalismo profissional. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* – concedida no dia 6 passado em Madri, onde estava para participar de mais um desses colóquios internacionais –, Toffoli classificou as reportagens sobre as recentes viagens de alguns ministros à Europa como sendo “absolutamente inadequadas, incorretas e injustas”. Sobre o que, de fato, haveria de inadequação, incorreção ou injustiça no que foi publicado, o ministro nada disse. E, a rigor, nem poderia, pois nenhum veículo de comunicação sério apresentou à sociedade mentiras, omissões ou distorções dos fatos tais como eles se deram. Se não por zelo com a imagem do STF, da qual deriva sua credibilidade, o convite deveria ter sido recusado por pudor. E não se estaria tratando de “in-

justiça” alguma.

A guisa de justificar suas críticas à imprensa profissional – essa instituição impertinente que, ora vejam, insiste em lançar luz sobre informações de interesse público que constroem os poderosos –, Toffoli alegou que o STF “é o tribunal que, no ano passado, tomou coletivamente mais de 15 mil decisões”. O que o ministro quis dizer com isso? Que o fato de o STF cumprir sua missão constitucional, nada além disso, teria o condão de apagar o laivo de indecência que macula essas viagens às expensas de lobistas interessados em decisões que os próprios ministros haverão de tomar? Francamente.

Que fique claro: autoridades políticas ou judiciárias não só podem, como devem discutir questões teóricas ligadas ao País, ao seu desenvolvimento e, sobretudo, ao progresso humano dos brasileiros, onde quer que seja. O problema, por óbvio, não são as viagens por si sós, mas a adulação dos ministros de tribunais superiores que costumam marcar essa espécie de turismo acadêmico-judicial. Em geral, as mordomias oferecidas nesses eventos servem para criar um ambiente de simpatia, para dizer o mínimo, entre juízes e partes que, ao fim e ao cabo, mancha a integridade da Justiça.

Portanto, em vez de ficar bravo com a imprensa ou, pior, se arvorar

em “editor de um país inteiro”, como disse em 2020 sobre o que entendia ser um dos papéis de ministro do STF, Toffoli serviria melhor ao Brasil se fizesse o autoexame de seu comportamento como ministro e, quem sabe, levasse outros colegas pelo mesmo bom caminho da autocontenção e do republicanismo. Este jornal se sente confortável em fazer essa recomendação porque foi, inegavelmente, uma das vozes mais contundentes a sair em defesa do STF quando a instituição se viu atacada pelos inimigos da democracia dispostos a desmoralizá-la para fins golpistas. A desmoralização endógena, contudo, pode ser tão ou mais nociva para a legitimidade do Supremo perante a sociedade – e do Poder Judiciário, em geral – do que a cruzada difamatória encampada pelos liberticidas.

Curiosamente, o momento que Toffoli escolheu para criticar o trabalho da imprensa profissional no Brasil coincidiu com a entrega do célebre Prêmio Pulitzer, nos EUA. Na categoria “serviço público”, a honraria foi para a agência de jornalismo investigativo ProPublica, responsável por revelar o compadrio entre dois juizes da Suprema Corte norte-americana – Clarence Thomas e Samuel Alito – e empresários bilionários interessados em se aproximar dos magistrados por interesses privados. ●